

O PARQUE OLÍMPICO DO RIO DE JANEIRO/RJ E OS VESTÍGIOS DE SUA UTILIZAÇÃO

THE OLYMPIC PARK OF RIO DE JANEIRO/RJ AND THE TRACES OF ITS USE

EL PARQUE OLÍMPICO DE RÍO DE JANEIRO/RJ Y LOS VESTIGIOS DE SU UTILIZACIÓN

Felipe Buller Bertuzzi. Mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade IMED, Passo Fundo, RS, Brasil.

E-mail: arq.felipebertuzzi@gmail.com

Grace Tibério Cardoso. Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental, Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade IMED, Passo Fundo, RS, Brasil.

E-mail: grace.cardoso@imed.edu.br

Dirceu Piccinato. Doutor em Urbanismo, Docente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade IMED, Passo Fundo, RS, Brasil.

E-mail: dirceu.piccinato@imed.edu.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo investigar a qualidade do Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ como um espaço de uso coletivo após três anos da realização dos Jogos. A partir de procedimentos metodológicos de observações técnicas *in loco*, buscou-se analisar a inserção do Parque na esfera sociocultural e a forma como esse local é apropriado pelos usuários. A cidade do Rio de Janeiro ganhou ainda mais destaque no cenário internacional para a implantação de megaeventos a partir das transformações urbanas ocorridas em razão dos Jogos Pan-Americanos de 2007. Entretanto, mesmo com aspectos festivos oriundos da comemoração mundial do esporte em torno de um megaevento, pode-se observar a falta de comprometimento social e ambiental quando da idealização de um grande projeto urbano, como configura o Parque Olímpico. Ao levar em consideração as análises de imagens de satélite e da visita técnica à cidade, foi possível concluir as transformações urbanas no entorno do empreendimento e a atual circunstância do Parque Olímpico, destinando-o a eventos particulares e deixando em segundo plano os usos idealizados previamente à população carioca e visitantes, como áreas de lazer e espaços para a prática de exercícios físicos.

Palavras-chave: Megaeventos; Grande Projeto Urbano (GPU); Transformações Urbanas; Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ; Apropriação do ambiente construído.

Abstract

This article aims to investigate the quality of the Rio de Janeiro/RJ Olympic Park as a space for everyday use after three years of the games. From methodological procedures of technical observations in loco, we sought to analyze the insertion of the Park in the social and cultural sphere and the way users appropriate this place. The city of Rio de Janeiro has gained even more prominence in the international scenario for the deployment of mega-events, from the urban transformations that occurred due to the Pan American Games of 2007. However, even with festive aspects arising from the worldwide celebration of the sport around a mega-event. We can observe the lack of social and environmental commitment when designing a large urban project (GPU), as configured by the Olympic Park. Taking into consideration the satellite image analysis and the technical visit to the city, it was possible to conclude the urban transformations around the neighbourhood. The current purpose for the Olympic Park is for private events, leaving behind the previously idealized uses to the carioca population and visitors, as leisure areas and spaces for the practice of physical exercises.

Keywords: Mega events; Large Urban Project (GPU); Urban transformations; Rio de Janeiro Olympic Park/RJ; Appropriation of the built environment.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo investigar la calidad del Parque Olímpico de Río de Janeiro/RJ como un espacio de uso colectivo después de 3 años de juegos. A partir de procedimientos metodológicos de observaciones técnicas in loco, buscamos analizar la inserción del Parque en la esfera social y cultural y la forma en que los usuarios se apropian de este lugar. La ciudad de Río de Janeiro ha ganado aún más protagonismo en el escenario internacional para el despliegue de megaeventos, a partir de las transformaciones urbanas que ocurrieron debido a los Juegos Panamericanos de 2007. Sin embargo, incluso con aspectos festivos derivados de la celebración mundial de la deporte alrededor En un megaevento, se puede observar la falta de compromiso social y ambiental al diseñar un gran proyecto urbano, según lo configurado por el Parque Olímpico. Teniendo en cuenta el análisis de imágenes satelitales y la visita técnica a la ciudad, fue posible concluir las transformaciones urbanas en torno a la empresa y las circunstancias actuales del Parque Olímpico, destinándolo a eventos privados y dejando atrás los usos previamente idealizados. a la población carioca y visitantes, como espacios de ocio y espacios para la práctica de ejercicios físicos.

Palabras clave: Mega eventos; Gran Proyecto Urbano (GPU); Transformaciones urbanas; Parque Olímpico de Río de Janeiro/RJ; Apropiación del entorno construido.

INTRODUÇÃO

A cidade do Rio de Janeiro ganhou destaque internacional para a implantação de megaeventos a partir das transformações urbanas propostas para os Jogos Pan-Americanos de 2007. Mascarenhas (2007) quando analisa a cidade do Rio de Janeiro sob a perspectiva dos megaeventos, ressalta que as políticas públicas que surgem em prol dos melhoramentos urbanos, atrelados à valorização imobiliária e a investimentos em aparelhamentos esportivos, privilegiam apenas uma parte da sociedade em detrimento da outra, culminando no afastamento das classes menos favorecidas diante do processo de urbanização. Miagusko (2012), que também coaduna com essa ideia, destaca que essas políticas urbanas voltadas a interesses econômicos geram o agravamento das camadas inferiores.

Contemplando essa perspectiva da política pública urbana, para Melo (2015) e Cunha (2017), além dos aspectos festivos oriundos da comemoração mundial do esporte em torno de um megaevento, há também compromissos não cumpridos, a falta de comprometimento ambiental e social, culminando em remoções de moradores de áreas visadas para a implantação dos Jogos. Galiza, Vaz e Silva (2014) associam essas remoções às construções de ordem pública vinculadas a interesses imobiliários.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, após algumas tentativas de remoções dos moradores da Vila Autódromo¹ para a construção das facilidades dos Jogos Pan-americanos de 2007, a representação das lutas de moradores para permanência no local se fortaleceu, buscando, junto ao poder público, a efetividade dos seus direitos como cidadãos. No entanto, com o anúncio do Rio de Janeiro/RJ em ser a cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, a retirada desses moradores pela Prefeitura do Rio foi uma decisão irrevogável. Essa ação realocou a maioria dos moradores em diferentes pontos da cidade, enquanto poucos permaneceram no local de origem por conta de decisões judiciais (CUNHA, 2017; TANAKA, 2016). Em entrevista² realizada com os moradores remanescentes da Vila Autódromo, foram destacadas as ameaças de remoção ao longo das últimas décadas e a falta de comprometimento com a população ao privilegiar espaços grandiosos e onerosos em detrimento da população mais carente. Definem o Parque Olímpico como “um grande patrimônio vazio”, o qual privilegia uma pequena parcela da população em detrimento de outras.

Sendo assim, para qualquer cidade que deseje receber um evento de grande porte e que vise o melhoramento do meio urbano, é imprescindível observar os possíveis impactos dessa inserção. A averiguação das consequências do megaevento deve estar diretamente relacionada à infraestrutura local, a fim de garantir a adoção de estratégias que promovam reinvenções posteriores sem prejudicar o direito à cidade (LEITE; AWAD, 2012). Do contrário, quando algumas áreas são depreciadas em relação a outras por falta de planejamento consciente, tende-se a gerar um processo de gentrificação, ação que distingue classes sociais em um determinado espaço para a formação de identidades distintas (SMITH, 2006).

Nesse sentido, uma forma de controle da reformulação urbana é a verificação da qualidade de um espaço de uso coletivo, conforme aponta Niemeyer (2015). Assim, permite-se compreender a proposta do local e promover critérios ou diretrizes que melhorem a qualidade do ambiente.

Para tanto, o presente artigo tem o objetivo de promover uma discussão acerca do uso e apropriação do Parque Olímpico³ após as alterações de seu entorno, como forma de investigação do processo de construção do legado após três anos das Olimpíadas de 2016. Dessa forma, delimitou-se um raio de 500 metros a partir do

¹ “Loteamento popular, como o designam seus moradores, favela segundo a classificação da Prefeitura, aglomerado subnormal para o IBGE [...]. A Vila Autódromo está situada em uma área pública, no limite norte da região administrativa da Barra da Tijuca, principal área de expansão imobiliária para a população de rendas altas e média-altas da metrópole” (VAINER et al., 2013, p. 3).

² Entrevista com moradores da Vila Autódromo realizada em 7 de agosto de 2019, às 14h.

³ O presente projeto de pesquisa tem o fomento do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (Prosup) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) por meio de bolsa, na modalidade taxa.

Parque Olímpico, a fim de verificar as principais transformações nos espaços que circundam esse Grande Projeto Urbano (GPU) carioca, permitindo obter relações entre os ambientes construídos e não construídos.

O PLANEJAMENTO URBANO E A METRÓPOLE CARIOCA

Torna-se imprescindível aliar o planejamento das cidades a um desenvolvimento social ordenado, sem diferenciações de classes e privilégios transferidos a poucos. Em meio ao processo evolutivo das cidades, a inserção de planos diretores na sua estrutura urbana propôs a alteração de conceitos e a requalificação dos espaços. A partir disso, O'Donnell (2013) destaca o esforço dos gestores da cidade do Rio de Janeiro, ao longo dos anos 1928 e 1932, em ser referência turística do Brasil, procurando demonstrar seus atributos citadinos aos outros países. Para isso, a ideia de centralidade da cidade foi alterada da Zona Norte para a Zona Sul, compreendendo o litoral praiano ao dar importância à natureza e à paisagem, tornando-se o ponto mais visado da cidade. Com isso, "o Rio de Janeiro entrava na rota do turismo internacional cerca de meio século após o início de seu desenvolvimento na Europa e nos Estados Unidos" (O'DONNELL, 2013, p. 185).

Durante o século XX a cidade do Rio de Janeiro foi ganhando importância internacional em razão de uma política de turismo que se desenvolvia à época. Juntamente a esse fato, a cidade também foi se modernizando, sofrendo profundas transformações urbanas. Num primeiro momento destacam-se as políticas urbanas higienistas, logo, num segundo, destacam-se o urbanismo modernista e a presença de arquitetos e urbanistas estrangeiros, configurando uma nova dimensão espacial à cidade. No século seguinte continua, para a cidade carioca, essa lógica das transformações urbanas.

Num contexto de autoritarismo e trabalho interno dos gestores públicos da década de 1970 no Brasil, intensificaram-se os Grandes Projetos Urbanos (GPUs) no processo de ocupação do solo. Bortoleto (2001) denomina essas megaconstruções como empreendimentos amplos do ponto de vista das dimensões físicas e receptores de altos investimentos, diferente de obras público-privadas de pequeno porte. O discurso dessa tipologia de intervenção no meio urbano volta-se à promoção da geração de melhorias no ambiente urbano, visando o desenvolvimento das cidades e a ressignificação das distribuições sociais (BORTOLETO, 2001).

Os projetos de grande porte vinculam-se a ações efetivas da implantação de planos estratégicos ao meio urbano. Iniciado em 1976, um dos exemplos desse tipo de reestruturação urbana é o caso de Barcelona, com o Plano Geral Metropolitano (PGM)⁴, que foi intensificado e se tornou reconhecido mundialmente após os Jogos Olímpicos de 1992. Conseqüentemente aos efeitos benéficos à cidade, a efetivação do Plano visou promover estratégias, sobretudo de espaços públicos, com a Via Olímpica, o Anel Olímpico, o Estádio e o Palácio São Jorge tornando-se verdadeiros legados⁵ à cidade ao receber novos usos após a edição dos Jogos Olímpicos daquele ano (FERNANDES, 2017; MOLET, 2010).

Com base na experiência de êxito dos Jogos Olímpicos de Barcelona em 1992, as autoridades brasileiras passaram a cogitar a vinda dos Jogos Olímpicos para o país em razão das possibilidades de atração de investimentos. Para tanto, o primeiro passo ocasionou a vinda dos Jogos Pan-Americanos em 2007 para o Rio de Janeiro como uma forma de angariar experiência para uma possível edição olímpica no futuro (MOLINA, 2014). Após o evento continental e algumas tentativas frustradas para sediar os Jogos Olímpicos na cidade carioca, o Rio de Janeiro/RJ foi escolhido como cidade-sede para as Olimpíadas de 2016, em disputa com outras metrópoles

4 Também conhecido por "modelo Barcelona", o reordenamento urbano desenvolvido na cidade de Barcelona para as Olimpíadas de 1992 promoveu o aumento da produtividade e foi considerado um exemplo de investimento e planejamento urbano, estimulado por megaeventos internacionais.

5 Entende-se por legado "as estruturas, planejadas e não planejadas, positivas e negativas, tangíveis e intangíveis, criadas por e para um evento esportivo, que permaneçam para além da duração do evento em si" (PREUSS, 2007, p. 211).

de diferentes localidades do mundo. A partir daí, para atender às necessidades do Comitê Olímpico Internacional (COI), as instalações para os Jogos precisariam ser subdivididas em quatro subcentralidades, e a construção do Parque Olímpico – sede da maioria das disputas esportivas – foi definida para a área de um antigo autódromo⁶ no Bairro de Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio (figuras 1 e 2).

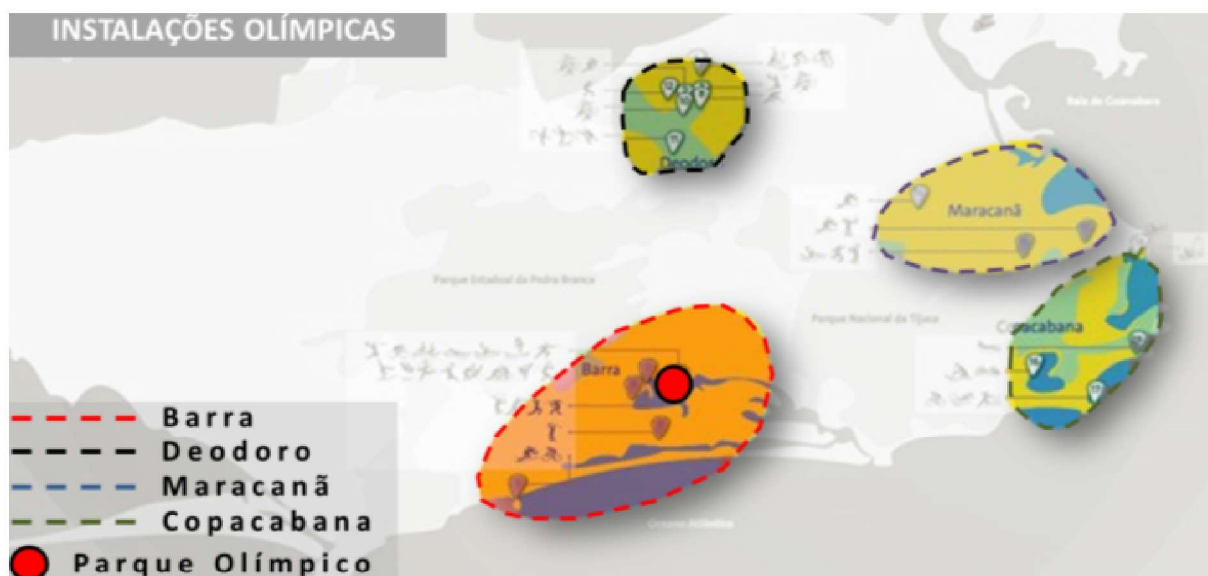


Figura 1: Locais que receberam intervenções para os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro/RJ.
Fonte: Programa Oficial Rio 2016 (2016), adaptado pelos autores (2019).

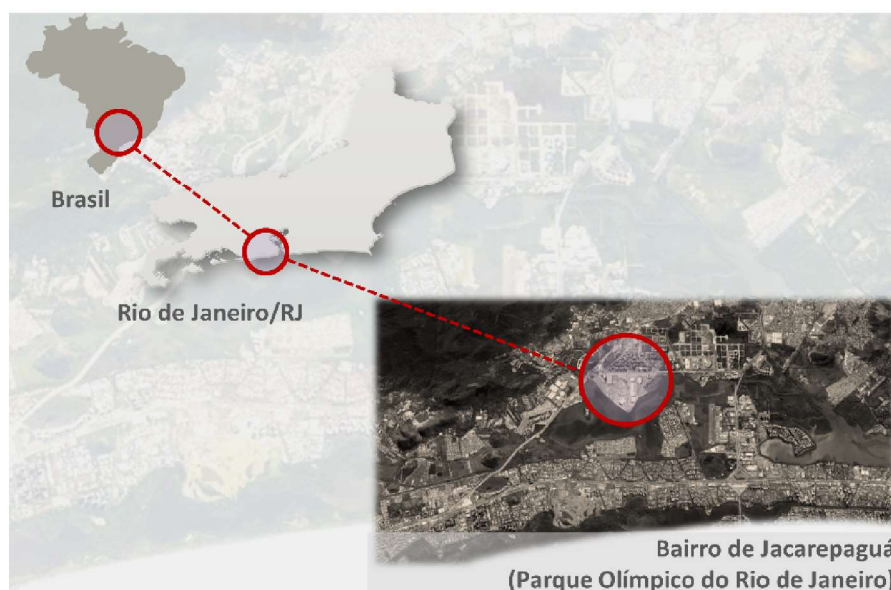


Figura 2: Localização do Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ.
Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Ao desenvolver o Projeto do Parque Olímpico, a projeção de um legado duradouro à cidade deveria ser levada em consideração. O compromisso de continuar com alguns

⁶ Conhecido oficialmente como Autódromo Internacional Nelson Piquet, foi construído na década de 1970, possibilitando disputas da Fórmula 1. Com a candidatura aos Jogos Olímpicos, o autódromo foi demolido com a intenção em ser reconstruído em outro bairro da cidade (ALVES, 2017).

serviços e incorporar outros possibilitaria uma gradual adequabilidade de edificações residenciais, corporativas e institucionais na área do Parque Olímpico.

Essa postura acerca do Parque estava no escopo do edital veiculado pelo poder público municipal (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2011). Os projetos que fossem participar do concurso para o Parque Olímpico deveriam apresentar três dimensões: o modo Jogos, o modo legado e o período de transição. O modo Jogos deveria assegurar as melhores condições para a realização dos Jogos (Olímpicos e Paraolímpicos) no bairro de Jacarepaguá. O modo legado deveria assegurar a visibilidade da implantação de novos empreendimentos e propiciar a sustentabilidade do empreendimento, garantindo que a área se tornasse emblemática e de referência para toda a cidade do Rio de Janeiro. Já o período de transição seria aquele momento em que se deveria assegurar uma transição planejada (eficiente e economicamente viável) entre os modos Jogos e legado (RIO DE JANEIRO, 2011).

No entanto, ao contrário do discurso de responsabilidade social, a presença da Vila Autódromo, por exemplo, sofreu significativas interferências públicas ao perder espaço para os interesses imobiliários (ARCHDAILY, 2013). Em relação às ações nessa vila, é possível perceber a mutação do local ao longo dos anos em relação às projeções de legado. Ao contrário do que propuseram os projetistas do Parque Olímpico, muitos moradores residentes próximos da orla da Lagoa de Jacarepaguá foram remanejados para outros bairros (Figura 3).

A Vila Autódromo é o lado “B” dos Jogos Olímpicos. Sua história simboliza todo um legado de remoções e desapropriações deixado pela organização das Olimpíadas do Rio de Janeiro. Entre os anos de 2009 e 2013, o número expressivo de 20.299 famílias, isto é, cerca de 67.000 pessoas foram removidas (indenizadas ou reassentadas) de suas casas pela Prefeitura Municipal devido às intervenções urbanas ou, segundo o argumento de que moravam em zonas de risco, conforme dados da Secretaria Municipal de Habitação (SMH). Todavia, houve inúmeros casos em que a desapropriação aconteceu por decreto. A maioria dos que deixaram a vila foi morar no Parque Carioca, um conjunto habitacional a 1 quilômetro de distância. Outros optaram por receber a indenização em dinheiro (EL PAÍS, 2015).



Figura 3: Esquema comparativo entre a apropriação da Vila Autódromo e as projeções de legado para os anos subsequentes. Fonte: IAB (2013) e Google Earth (2012), adaptado pelos autores (2019).

Na verdade, a luta para assegurar os direitos da Vila Autódromo começou em 1990, quando teve início na região a construção de grandes condomínios para a população de alta renda, favorecidos por investimentos públicos. Nesse mesmo ano a associação de moradores conseguiu o Título de Concessão de Direito Real de Uso, do Governo do Estado. Esse título concedeu aos moradores o direito de morar no local. Com as Olimpíadas, a Prefeitura Municipal voltou à comunidade. Receosos, os moradores foram buscar apoio técnico de duas universidades federais para mostrar ao Estado a possibilidade de urbanização da área. O Plano Popular (Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural), finalizado no ano de 2012, tornou-se um importante instrumento de luta dos moradores da Vila Autódromo. Esse plano foi reconhecido internacionalmente ao receber o prêmio Urban Age. Os moradores apresentaram esse plano ao poder público municipal em 2012, demonstrando que urbanizar a comunidade seria menos custoso, social e ambientalmente melhor para todos. Porém, a partir de 2014, o que se viu foi um processo contínuo de intimidação, mudança, demolições e violências (STIFTUNG, 2016).

Esse tipo de planejamento urbano que visa atender a uma parcela da sociedade, a parcela com maior poder econômico e político, quando decide e direciona a implantação de grandes projetos urbanos, cada vez mais constrói e acentua a fragmentação do espaço urbano. Para Coelho (2016), a cidade fragmentada se caracteriza pela formação de enclaves, isto é, pela introdução de diferenças bruscas em relação ao tecido urbano. A existência de contrastes urbanos, como é exemplo a Vila Autódromo, é o elemento caracterizador da fragmentação urbana.

Questiona-se, portanto, a hipótese de qual, efetivamente, é o legado deixado para a cidade a partir desse tipo de política pública urbana. Sendo assim, torna-se imprescindível avaliar e compreender os espaços construídos para os Jogos Olímpicos do Rio 2016 por meio de uma visão técnica que mapeie elementos construtivos, fluxos e permanências no entorno, correlacionando as projeções para o período pós-olímpico e as atuais circunstâncias.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No que se refere a espaços livres, vários critérios devem ser considerados ao manter a sua qualidade. Para Sarmiento e Elali (2016), o local deve estar relacionado com o seu contexto, propiciar atividades que respondam às necessidades da população, bem como demonstrar atributos funcionais, estéticos, econômicos e viáveis construtivamente. Com isso, torna-se necessário avaliar diferentes variáveis, cruzá-las e interpretá-las, conforme aponta Moser (1998).

Como forma de complementação à discussão da reutilização de construções onerosas de grande porte, o presente artigo propõe uma continuação do estudo já iniciado por Bertuzzi e Cardoso (2018), que já concluiu, por meio de uma visita exploratória, os impactos da inserção de um megaevento a partir da percepção de usuários do Parque Olímpico do Rio de Janeiro.

Nesse contexto, o desenvolvimento do presente artigo consistiu na análise morfológica do entorno do Parque Olímpico, analisando o espaço construído a partir das alterações construtivas, a fim de auxiliar no processo de entendimento das atuais conjunturas do bairro e da cidade. Para tanto, utilizou-se de subsídios avaliativos focados em dois tempos cronológicos: a projeção dos espaços construídos para os anos subsequentes aos Jogos Olímpicos e os usos efetivos nos anos de 2018 e 2019.

Para tanto, o entorno do Parque Olímpico do Rio de Janeiro foi analisado e delimitado por um raio de 500 metros de abrangência a partir de suas extremidades (Figura 4).



Figura 4: Delimitação da área de análise do entorno do Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ. Fonte: Google Earth, adaptada pelos autores (2019).

RESULTADOS PRELIMINARES DE INVESTIGAÇÃO

A localização da maioria das modalidades esportivas das Olimpíadas de 2016 ocorridas nas instalações do Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ insere-se em um bairro especulado pelo viés imobiliário e, ao mesmo tempo, detentor de áreas periféricas. A caracterização morfológica que justifica essa segregação socioespacial pode ser visualizada na Figura 5, a qual compara a distribuição desses equipamentos esportivos em cidades que já sediaram os Jogos Olímpicos. Como forma de agrupamentos, os chamados *clusters* urbanos (agrupamentos urbanos) tenderam a estar situados em pontos estratégicos a partir de concentrações geográficas, podendo favorecer a economia da cidade a partir de sua localização territorial (PORTER, 1998).

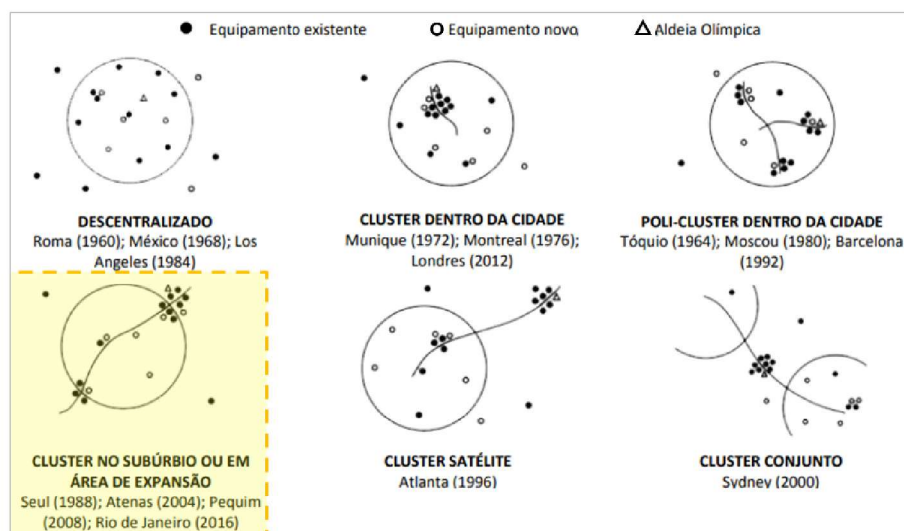


Figura 5: Localização das instalações olímpicas em diferentes cidades-sede no mundo. Fonte: Silva e Reis (2018) apud Liao e Pitts (2006).

Ao definir uma projeção urbana em grande escala para favorecer interesses político-privados, principalmente em áreas suburbanas, tende-se a elucidar a segregação socioespacial e contribuir com a crescente distinção das camadas sociais. Assim, as chamadas *global cities*⁷ se sobrepõem a essas classes a partir do fomento do capital, a fim de consolidar recursos que promovam novos modelos de planejamento urbano (CARVALHO; SOUZA; PEREIRA, 2004).

A Figura 6 apresenta o comparativo entre as alterações morfológicas do entorno do Parque Olímpico nos últimos dez anos, desde o anúncio oficial em que a cidade carioca seria sede das Olimpíadas até os dias atuais.

7 Para Compans (1999), o termo *global cities* se relaciona a cidades que detêm poder hierárquico sobre questões econômicas de grande escala, podendo intermediar com outras potências mundiais sem que haja interlocuções com níveis inferiores.

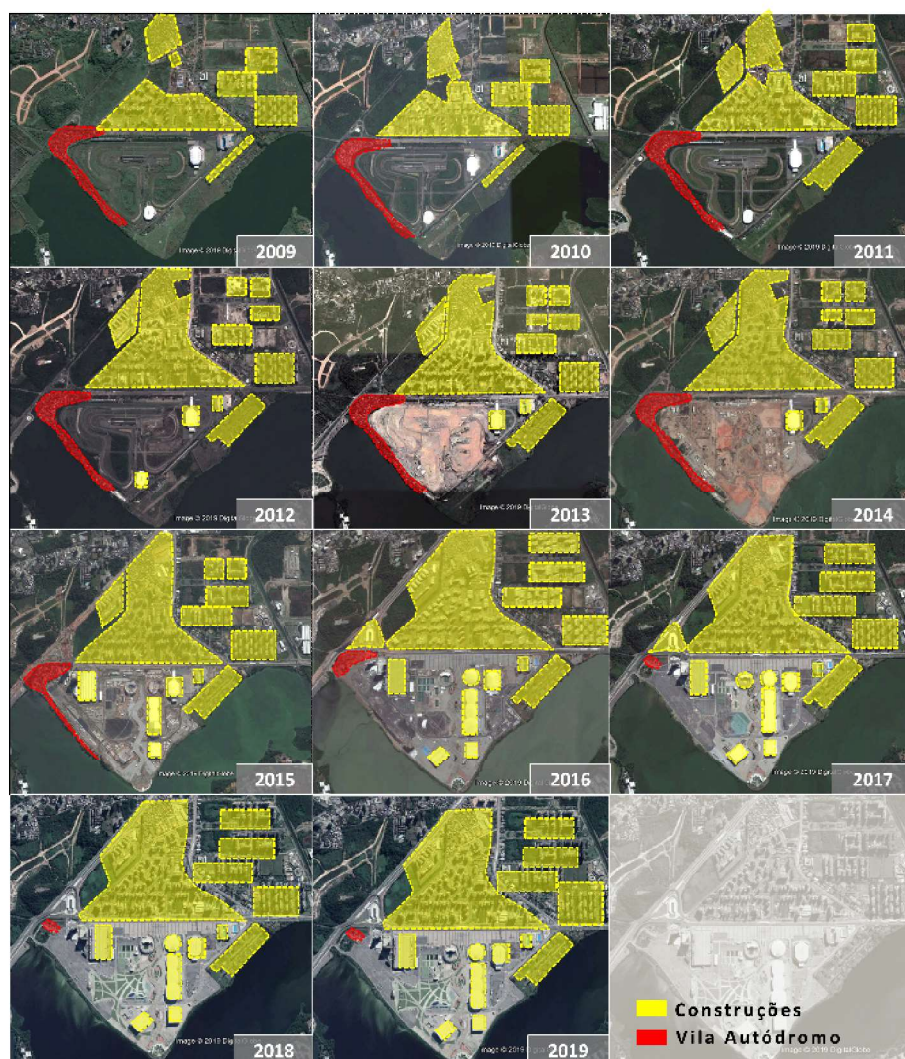


Figura 6: Alterações morfológicas do entorno do Parque Olímpico do Rio de Janeiro/RJ entre os anos de 2009 e 2019.

Fonte: Google Earth, adaptada pelos autores (2019).

Desse modo, torna-se necessário provocar uma discussão acerca da espacialidade de classes na área urbana. Na visão de Vainer *et al.* (2013), o direito à cidade pode ser compreendido como uma forma de as minorias participarem da sociedade por meio de debates em meio a questões conflitantes. Já para Harvey (2012), esse entendimento se revela como a identificação do indivíduo com o lugar em que vive, afirmando que hoje os direitos dos indivíduos são alterados pelas decisões impostas pelas mudanças da cidade, e não ao contrário.

As alterações no meio urbano são percebidas com mais solidez pelos indivíduos habitantes do entorno dessas áreas. Ao investigar o uso e apropriação do Parque Olímpico do Rio de Janeiro, Bertuzzi e Cardoso (2018) observaram que a maioria dos indivíduos é moradora de bairros mais próximos ao Parque. Resultado similar ao estudo realizado por Silva (2016), que, ao avaliar espaços públicos de lazer a partir da percepção dos usuários, entendeu como facilitador e estimulador de seus usos o fato de o parque público ser construído próximo às residências.

Diante das alterações oriundas dos últimos anos, nota-se certa instabilidade nos serviços disponibilizados à população. Ao visitar o Parque Olímpico em 2018, percebem-se limitações em espaços que se encontram fechados, sem a possibilidade efetiva de utilização. O retorno esperado da implantação de uma obra desse porte,

que ainda está distante daquilo que o Parque pode oferecer, carece de espaços para lazer em relação à sua amplitude, havendo bastante procura para visitação e comparecimento a *shows*, como o *Rock In Rio*, por exemplo. Bertuzzi e Cardoso (2018) apontam a falta de permanência no espaço devido   inexistência de comércios internos que forneçam infraestrutura básica, como alimenta o, banheiros e bebedouros, que hoje só podem ser acessados quando as arenas esportivas estão abertas para eventos pontuais.

Por outro lado, a falta de utiliza o constante remete   falta de áreas sombreadas sem rela o às grandes dimensões do espaço, culminando em uma arboriza o interna escassa (Figura 7).



Figura 7: Imagem gerada em 2018, apresentando a falta de sombreamento consequente da inexistência de arboriza o condizente com a amplitude do espaço.
Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Ao entrevistar o engenheiro responsável pela subsecretaria de Legado Olímpico do Rio de Janeiro/RJ, a inser o de recipientes para abrigar a vegeta o do Parque Olímpico   consequência dos critérios preestabelecidos pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) para permitir a permeabilidade visual dos visitantes e aumentar a segurança durante os Jogos.

No entanto, dois anos após o evento, o legado previsto para a utiliza o pública da chamada Via Olímpica ( rea aberta destinada ao público), não se pensou em uma modifica o ambiental que prezasse pela permanência do usuário no espaço. Sabe-se que ambientes ao ar livre podem propiciar o desenvolvimento de atividades sociais, bem como transmitir conforto aos utilizadores do espaço (FONTES; MELO, 2003; CAVALCANTE, 2007; OLIVEIRA; CALLEJAS; NOGUEIRA, 2013).

Ao analisar os espaços em funcionamento do Parque Olímpico, observa-se um local organizado e conservado, mesmo dois anos após o término dos Jogos. Também pode ser considerado como caráter positivo o fato de o acesso ao local ser gratuito, amplo e aberto ao público em determinados horários, possibilitando a ventila o natural e garantindo a facilidade de acesso aos visitantes.

Foi possível perceber certa variabilidade de usos, por exemplo, nas áreas de descanso, no *playground*, nas mesas de xadrez e nas pistas de *skate*, para que os usuários desfrutem de momentos de lazer durante o período de funcionamento do parque (Figura 8).

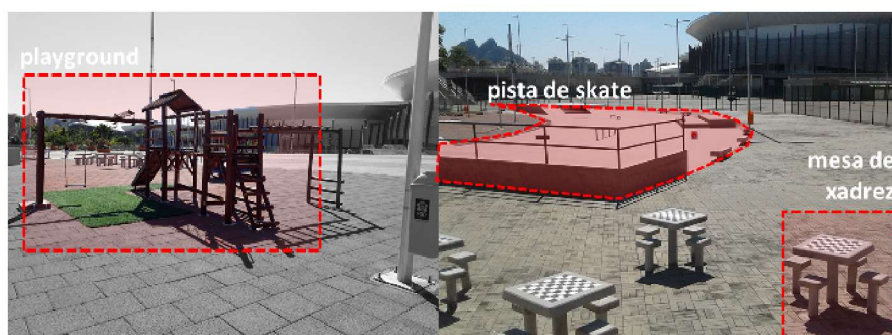


Figura 8: Imagem representativa de alguns pontos de permanência, como espaços para caminhada e lazer.

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

No entanto, três anos após a execução do megaevento, o Parque tende a se distanciar dos objetivos projetados. Considerando que parte do espaço construído detém atividades esportivas vinculadas a programas da Prefeitura do Rio de Janeiro, a Via Olímpica tende a permanecer fechada por longos períodos (Figura 9).



Figura 9: Comparativo das divulgações na entrada do Parque Olímpico entre os anos de 2018 e 2019.

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Os meios de comunicação nacionais reportaram a estagnação de alguns serviços do Parque Olímpico após a extinção da Autoridade de Governança do Legado Olímpico (Aglo)⁸, prevista na Medida Provisória nº 771, de 29 de março de 2017 (BRASIL, 2017), que dificultou o acesso dos usuários e a continuação de projetos sociais em algumas arenas (G1, 2019; JORNAL DA RECORD, 2019).

No entanto, a Subsecretaria de Legado Olímpico indica que os espaços geridos pela Prefeitura do Rio de Janeiro continuam em funcionamento, ocorrendo a interdição dos espaços públicos do Parque (Via Olímpica) durante a preparação e a realização de eventos que necessitam dos espaços externos do empreendimento, havendo o bloqueio de entrada em prol de maior controle na organização das instalações desses eventos.

⁸ A Autarquia Federal tinha data prevista de extinção desde o início de sua vigência, e a incumbência de elaborar planejamentos para a manutenção e utilização de algumas das estruturas do Parque Olímpico, tanto no âmbito esportivo como no de inclusão social e parcerias com a iniciativa privada (MINISTÉRIO DO ESPORTE, 2017).

Ao averiguar os diferentes pontos de vista e a atual circunstância do Parque Olímpico, nota-se uma utilização pouco explorada no ano de 2018 e praticamente nula em 2019. Essa regressão na oferta de serviços públicos de lazer à população culmina no afastamento da imagem positiva dos Jogos perante a população carioca, dificultando o efetivo pertencimento do indivíduo aos espaços públicos da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando as análises de imagens de satélite e da visita técnica à cidade, foi possível concluir que as transformações urbanas consequentes da implementação do Parque Olímpico possibilitaram a inserção de novos serviços no entorno do Parque Olímpico. A inclusão de supermercados, farmácias e condomínios nos arredores aumentou o tráfego de veículos e, conseqüentemente, a necessidade de maior atenção nas travessias.

Somado a isso, os estudos e a abordagem pelos usuários do espaço permitiram compreender que os usos pensados para o Parque durante os Jogos não foram reavaliados de forma a possibilitar maior qualidade no ambiente. Desse modo, percebe-se que a inserção do Parque Olímpico, inicialmente projetado com o propósito de abrigar as competições de diferentes modalidades, possui limitação de acesso em relação à permanência no espaço destinado ao público, fato que compromete a criação de legados positivos, duradouros e viáveis para a sociedade.

Dentre os entraves da utilização do Parque, está o destino de sua utilização para eventos, deixando em segundo plano os usos definidos previamente à população carioca e visitantes. Por outro lado, a presença de diversos parques já consolidados no interior do bairro de Jacarepaguá cumpre com a função de atratividade, suprindo as necessidades dos usuários da região com quadras esportivas, playgrounds e áreas para o desenvolvimento de exercícios físicos voltados ao público em geral.

Assim, diante da recente e grande repercussão da mídia sobre o destino da administração do Parque Olímpico e destinação da sua infraestrutura apenas a eventos pontuais e privados, torna-se imprescindível compreender a atual representatividade do Parque Olímpico como um espaço público para a cidade do Rio de Janeiro⁹.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. T. *O processo de construção, transformação e expansão da Barra da Tijuca para "O Futuro do Rio de Janeiro"*. *Revista Idealogando*, v. 1, n. 2, p. 64-82, nov. 2017.
- ARCHDAILY. *O direito à cidade em disputa no Rio de Janeiro: o caso do Plano Popular da Vila Autódromo*. 2013. Disponível em: https://www.archdaily.com.br/br/01-127066/o-direito-a-cidade-em-disputa-no-rio-de-janeiro-o-caso-do-plano-popular-da-vila-autodromo?ad_medium=gallery. Acesso em: 10 out. 2018.
- BERTUZZI, F. B.; CARDOSO, G. T. *Apropriação e qualidade no ambiente construído: a percepção do usuário frente aos usos no espaço livre*. In: ENEPEA – ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE PAISAGISMO EM ESCOLAS DE ARQUITETURA E URBANISMO NO BRASIL, 14., 2018, Santa Maria. *Anais...* Santa Maria: Enepea, 2018. p. 270-281.
- BORTOLETO, E. M. *A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos*. *Revista Geografares*, Vitória, n. 2, p. 53-62, 2001.

⁹ O trabalho voltado à discussão da representatividade do Parque Olímpico na cidade está em andamento, conforme verificamos após recente visita à área de estudo no mês de agosto de 2019. Esse momento possibilitou o questionamento a moradores de vários pontos da cidade sobre todas as estruturas olímpicas espalhadas pela cidade, com foco no Parque Olímpico do Rio de Janeiro.

- BRASIL. Constituição. Medida Provisória nº 771, de 29 de março de 2017; nº 771, de 29 de março de 2017. Transforma a Autoridade Pública Olímpica – APO na Autoridade de Governança do Legado Olímpico – AGLO e dá outras providências.
- CARVALHO, I. M. M. de; SOUZA, A. G.; PEREIRA, G. C. *Polarização e segregação socioespacial em uma metrópole periférica*. Caderno CRH, Salvador, v. 17, n. 41, p. 281-297, 2004.
- CAVALCANTE, M. R. C. *Qualidade térmica de praças em Maceió-AL: três estudos de caso*. 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmica do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2007.
- COELHO, L. L. *Os conceitos de dispersão e fragmentação urbana sob a abordagem da paisagem*. In: IENANPARQ – ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4., 2016, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: Enanparq, 2016. p. 1-16.
- COMPANS, R. *O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local*. *Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, v. 1, p. 91-114, 1999.
- CUNHA, F. L. R. da. *Desapropriações e remoções decorrentes dos megaeventos esportivos: o caso do Rio de Janeiro*. 2017. 53 f. TCC (Graduação) – Curso de Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2017.
- EL PAÍS. Remoções na Vila Autódromo expõem o lado B das Olimpíadas do Rio: moradores resistem a deixar a Vila Autódromo, comunidade ao lado do Parque Olímpico. Milhares de pessoas deixaram suas casas devido à organização do megaevento. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/20/politica/1434753946_363539.html. Acesso em: 10 out. 2018.
- FERNANDES, A. M. V. *Patrimônio Cultural, turismo e a renovação das cidades: aproximações e dissonâncias entre Barcelona e Rio de Janeiro*. 2017. 410 f. Tese (Doutorado) – Curso de Geografia, Análise Ambiental e Dinâmica Territorial, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.
- FONTES, M. S. G. de C.; MELO, L. F. de. *Influência do desenho e do microclima urbano nos usos de espaços públicos*. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 5., 2003. CONFERÊNCIA LATINO-AMERICANA SOBRE CONFORTO E DESEMPENHO ENERGÉTICO DE EDIFICAÇÕES – ENCAC/COTEDI, 7., Curitiba. *Anais...* Curitiba, 2003. p. 639-645.
- G1. Parte do Parque Olímpico para de funcionar nesta segunda-feira. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/07/01/parte-do-parque-olimpico-para-de-funcionar-nesta-segunda-feira.ghtml>. Acesso em: 6 set. 2019.
- GALIZA, H. R. dos S.; VAZ, L. F.; SILVA, M. L. P. da. *Grandes eventos, obras e remoções na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX ao XXI*. 2014. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/888>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- HARVEY, D. *O direito à cidade. Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, 2012.
- IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil. 1º Lugar no Concurso Parque Olímpico: “Um protagonista global”. 2013. Disponível em: <http://www.iab.org.br/projetos/1o-lugar-concurso-parque-olimpico-um-protagonista-global>. Acesso em: 15 mar. 2018.
- JORNAL DA RECORD. Parque Olímpico do Rio é fechado, e projetos sociais param.

2019. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/jornal-da-record/videos/parque-olimpico-do-rio-e-fechado-e-projetos-sociais-param-02072019>. Acesso em: 6 set. 2019.
- LEITE, C.; AWAD, J. di C. *Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano*. Porto Alegre: Bookman, 2012.
- LIAO, H.; PITTS, A. *A brief historical review of Olympic urbanization. The International Journal Of The History Of Sport*, Londres, v. 23, n. 7, p.1232-1252, nov. 2006.
- MASCARENHAS, G. *Mega-eventos esportivos, desenvolvimento urbano e cidadania: uma análise da gestão da cidade do Rio de Janeiro por ocasião dos Jogos Pan-Americanos-2007. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 1, n. 245, 2007.
- MELO, V. *Rio esportivo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015. 224 p.
- MIAGUSKO, E. *Antes da Copa, depois do Pan: o Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos. Civitas: Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 295-408, 2012.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE. Cartilha da Autoridade de Governança do Legado Olímpico. 2017. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/arquivos/aglo/Min_do_Esporte_Cartilha_AGLO_web.pdf. Acesso em: 5 jul. 2018.
- MOLET, R. F. Planos, projetos, eventos: Barcelona 1992-2012. *Arqtexto*, Porto Alegre, v. 17, p. 124-137, 2010.
- MOLINA, F. S. *A produção da "Cidade Olímpica" e o contexto do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 16, n. 2, p. 63-79, 30 nov. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2014v16n2p63>. Acesso em: 10 maio 2019.
- MOSER, G. *Psicologia Ambiental. Estudos de Psicologia*, Natal, v. 3, n. 1, p.121-130, 1998.
- NIEMEYER, C. A. da C. *Percepção e desempenho ambiental em praças públicas na cidade de Caraguatatuba-SP. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, Campinas, 2015.*
- O'DONNELL, J. *A invenção de Copacabana: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- OLIVEIRA, A. S. de; CALLEJAS, I. J. A.; NOGUEIRA, M. C. de J. A. *Relações entre vegetação arbórea e uso de praças públicas: estudo de caso em cidade de clima tropical. In: ENCONTRO NACIONAL DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO – ENCAC, 12., 2013, Brasília. Anais...* Brasília: Encac, 2013. p. 1-10.
- PORTER, M. *Clusters and the new economics of competition. Harvard Business Review*, November-December 1998.

- PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Município do Rio de Janeiro. Concurso Público Internacional para a seleção do melhor Plano Geral Urbanístico (Master Plan) para o Parque Olímpico Rio 2016, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ. 2011. Disponível em: <https://autodromodejacarepagua.files.wordpress.com/2010/05/00-pqo-edital.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- PREUSS, H. *The conceptualization and measurement of mega sport event legacies*. *Journal of Sport & Tourism*, v. 12, n. 3-4, p. 207-227, 2007.
- RIO DE JANEIRO. Município do Rio de Janeiro. Concurso Público Internacional para a seleção do melhor Plano Geral Urbanístico (Master Plan) para o Parque Olímpico Rio 2016, na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro-RJ. 2011. Disponível em: <https://autodromodejacarepagua.files.wordpress.com/2010/05/00-pqo-edital.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.
- SARMENTO, B. R.; ELALI, G. A. *Qualidade ambiental em espaços livres: uma avaliação no centro de vivência do Campus I da UFPB*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 6., 2016, Recife. Anais.... Recife, PE: Eneac, 2016. p. 1-12.
- SILVA, A. C. C. de L. e. *Porto Maravilha: arbitrariedade, mídia e produção de consenso na construção da nova região portuária do Rio de Janeiro*. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano, Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2016.
- SILVA, G.; REIS, A. T. *Uma análise exploratória sobre a localização de equipamentos olímpicos e seus usos pós-Jogos do Rio de Janeiro 2016*. *Urbana*, Campinas, v. 19, p. 30-49, 2018.
- SMITH, N. *A gentrificação generalizada de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global*. In: BIDOU-ZACHAIASEN, C. (coord.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 59-87.
- STIFTUNG, H. B. *Vila Autódromo: remoção e resistência*. 2016. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2016/06/22/vila-autodromo-remocao-e-resistencia>. Acesso em: 5 set. 2019.
- TANAKA, G. *Fundação Heinrich Böll Brasil*. 2016. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2016/06/22/vila-autodromo-remocao-e-resistencia>. Acesso em: 15 out. 2018.
- VAINER, C. *et al.* Recife. Ministério da Cultura. *O plano popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual*. 2013. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/896>. Acesso em: 12 set. 2018.